

Entre a experiência e a fantasia: natureza, agricultura e imigração no Brasil do Império

Between experience and fantasy: nature, agriculture and immigration in Brazil Empire

Roberta Barros Meira¹

Resumo: Este artigo lida com a experiência imigrantista intensificada no Brasil durante as últimas décadas do Império, principalmente por fazer parte das demandas dos setores agrícolas. Pretende-se contribuir para esta discussão ao refletir sobre a criação de uma política de atração de imigrantes e sobre a posição de destaque dada à natureza neste momento. Com esse intuito, busca-se analisar a apropriação dos motivos edênicos da natureza brasileira que remontam ao período colonial. Assim, como se procura comparar a importância recíproca desses três fatores, natureza, imigração e agricultura nos discursos dos diferentes atores ligados diretamente às questões como a ocupação e defesa do território e a transição da mão de obra escrava para a livre.

Palavras-chaves: Natureza, agricultura; imigração

Abstract: This article deals with the immigration experience intensified in Brazil during the last decades of the Empire, especially to be part of the demand for agricultural sectors. It is intended to contribute to this discussion by reflecting on the creation of a policy to attract immigrants and the prominent position given to nature at this time. To that end, we seek to analyze the appropriation of edenic grounds of Brazilian nature dating back to the colonial period. Thus, looking like comparing the mutual importance of these three factors, nature, immigration and agriculture in the discourses of different actors directly connected to issues like the occupation and defense of the territory and the transition from labor-slave for free labor.

Keywords: Nature, agriculture; immigration

Introdução

Aclamar as belezas naturais do Brasil com o intuito de atrair imigrantes foi estratégia posta em prática desde o período colonial, amadurecida já por Sebastião da Rocha Pita², na primeira metade do século XVIII. Seguiu-se assim uma tradição que se pode remontar a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o Brasil foi descrito como um verdadeiro paraíso terreal.

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora: o sol em nenhum outro hemisfério tem aí raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes, as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres: os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde tem o nascimento e curso os maiores rios; domina salutaríssimo clima, influi benignos astros, e respiram auras suavíssimas que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes (...)³.

A permanência desta imagem no Império e, mesmo *a posteriori*, como um dos aspectos mais referidos nos documentos de época teve na experiência das políticas imigrantistas um caso que se destacava. Transformou-se um vasto território, ainda dispersamente habitado e com uma natureza dadivosa, em um forte atrativo para as populações estrangeiras. Basta dizer que entre 1820-1890, a entrada de imigrantes de diversas nacionalidades alcançou quase a cifra de um milhão de pessoas. Embora não se possa considerar a política imigrantista do Império como homogênea e o seu papel só tenha se reafirmado no último ano daquela centúria, ela já é demonstrativa das mudanças que vinham ocorrendo no país⁴.

Nesse sentido, este artigo propõe-se a refletir sobre a forte presença da natureza nos escritos ligados à imigração no Brasil, fossem eles produzidos pelo Estado, pelos fazendeiros ou pelos próprios imigrantes. Assim,

¹ Doutora em História Econômica pela USP e docente da Univille, vinculada ao programa de estágio pós-doutoral do PNPd/Capes. Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville – Univille Campus Universitário, Bloco A, sala 221 Rua Paulo Malschitzki, 10, Zona Industrial Norte CEP 89219-710 – Joinville/SC. Email: rbmeira@gmail.com.

² Sebastião da Rocha Pita (1660-1738) foi advogado, poeta e pode ser considerado como um dos primeiros historiadores brasileiros.

³ ROCHA PITA, Sebastião da. **História da América portuguesa**. São Paulo: WM. Jackson Inc., 1952.

⁴ Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais do Império**. São Paulo: Editora Senac-Funag, 2001.

procurar-se-á analisar o papel da natureza como um dos ícones mais importantes para o projeto imigratório pensado para o Brasil, fosse ele colonizatório ou como provedor de mão de obra para as fazendas. Também é digna de nota a reação frente à distorção desta visão reedentificadora com o enfrentamento dos problemas emergentes de uma realidade da qual os imigrantes tinham percepção somente quando encontravam-se nas partes do territórios que não se ajustavam aos ideais vendidos pelo Brasil. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil, de muito se valeu de argumentos falaciosos empregados por agentes consulares de um futuro pródigo que lhes aguardaria na terra de eleição⁵.

Nessa ordem de ideias, percebe-se a necessidade de reflexão sobre alguns apontamentos postos na ordem do dia pela história ambiental, uma vez que o entendimento da edenização da natureza figurou nem mais nem menos como uma das mais importantes bases no processo de criação do Estado Nacional brasileiro em seus diferentes momentos. Se fosse discutir a relação entre construção da identidade nacional e natureza durante o Segundo Império certamente esse artigo alongaria-se em demasia. Soma-se a isso a existência de uma vasta bibliografia sobre esse assunto. Por outro lado, pensa-se que esses trabalhos possibilitem um estudo mais fragmentado que talvez fosse impossível sem essas discussões anteriores.

Assim sendo, se propõe neste trabalho a investigar a apropriação de uma imagem edenizada da natureza pelos mentores da propaganda imigrantista posta em marcha na segunda metade do século XIX. Naturalmente, tem-se em conta de que esse se trata de um tema mais restrito. Acima dele existem questões que se sobressaem: a mudança do sistema de trabalho escravo para o livre, a transformação da cafeicultura na grande lavoura de exportação, o sistema de grandes propriedades versus a necessidade de abastecimento interno, a colonização das fronteiras, a visão da utilidade potencial das riquezas naturais, enfim, a própria identidade nacional. Mas, a reflexão sobre esses campos maiores leva a percepção de que eles estavam invariavelmente mediatizados pela relação dos seus atores com a natureza. Nesse sentido, utiliza-se a noção trazida pela história ambiental da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo⁶. Neste caso, avança-se para os documentos produzidos pela história da imigração utilizando as margens possíveis abordadas pela história política e econômica, mas levando em conta principalmente o papel desempenhado pela temática ambiental no estudo do projeto imigrantista brasileiro.

1. As leis abolicionistas e o fortalecimento do projeto imigrantista

A insegurança gerada pela falta de mão de obra em uma economia calcada em gêneros agrícolas, somada às técnicas atrasadas em uso, era perfeitamente sentida como um dos grandes males que flagelava o país. Em 1874, em um levantamento feito pelo Ministério da Fazenda sobre o estado da lavoura figuraram cinco causas do entorpecimento. Certo é que destacava-se não só a carência de braços, mas também a falta de conhecimentos profissionais.

Entre nós o método do cultivo é ainda, na máxima parte, o de dois séculos passados, sendo muito limitado o número de cultivadores que, arrastando os preconceitos, admitem instrumentos aratórios e outras máquinas adaptadas pelos agricultores europeus e norte-americanos⁷.

Os cinco males seriam novamente citados no relatório pedido pelo deputado Cardoso de Meneses e entregue em 15 de abril de 1875. Feito por seis membros da Assembléia Legislativa, tratava-se, sem dúvida aquela época, de um estudo extremamente almejado por versar sobre uma das maiores demandas dos agricultores, ou seja, a criação dos tão aclamados bancos territoriais. Mesmo que viesse a se mostrar, anos depois, extremamente complicado de ser colocado em prática, este projeto seria fartamente discutido neste momento. Mas, o que se pretende aqui destacar do “Parecer e Projeto da Câmara dos Deputados” é a parte destinada a tratar da questão da mão de obra. Dentro os já reclamados sobre a falta de estradas, altas impostos, falta de capitais, figurava a escassez de braços, apontado como “o mais difícil e temeroso problema, que no Brasil se apresenta atualmente de estudo do homem público”⁸.

Em verdade, se percebe pelas falas destes atores que após as leis abolicionistas que decretaram o fim do tráfico e o Ventre Livre havia um receio de que a agricultura se visse repentinamente arruinada pela falta de braços. Os setores ligados à elite agrícola estavam diante de uma grave situação de ruptura com o antigo modo

⁵ HOLANDA, S. B. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil (1858). São Paulo: Edusp, 1972.

⁶ Ver: PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010.

⁷ BRASIL. *Informações sobre o estado da lavoura*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1874.

⁸ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Fazenda. *Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar apresentados a Câmara dos srs. deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas Comissões de Fazenda e especial nomeada em 16 de abril de 1875*. Imprensa: Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1875.

de produção escravista e o que lhe restava, com os instrumentos de que dispunham, era saná-la o mais depressa possível. Como defendia claramente a Comissão, não se podia:

vacilar um momento em procurar substituir os braços, que vão faltando em progressiva escala, deixando a cultura, os engenhos e fábricas em abandono e os lavradores a braços com dificuldades e sacrifícios, impossíveis de remover a compensa de pronto⁹.

No entanto, também se alegava que era impossível contar com os indígenas e os escravos alforriados, inclusive a geração de ingênuos. A imigração chinesa adotada em outros países, como Cuba e os Estados Unidos, foi rapidamente colocada de lado. Restava neste caso os nacionais, mas, principalmente, os imigrantes europeus, que seriam “os únicos e mais úteis cooperadores ou agentes da produção agrícola”¹⁰. Nesse sentido, a grande questão que se colocava para estes atores era como prender esses imigrantes ao meio rural.

Para a Comissão, a resposta estava no desmembramento das grandes propriedades, possibilitando a venda ou o arrendamento de terras aos colonos, o abandono dos contratos de parceria, a melhora do sistema de cultura, a mudança do regime econômico e disciplinar das fazendas, e, por fim, a habilitação do lavrador pela adoção da divisão do trabalho e a introdução de máquinas agrícolas aperfeiçoadas. Mas, as veementes palavras contidas no parecer não seriam tão facilmente adotadas em larga escala, embora não se possa dizer que o balanço final tenha sido de todo negativo. Quais outras ações poderiam, então, incrementar a vinda de imigrantes europeus?

Como se sabe, os investimentos iniciais foram feitos tanto pelo Estado quanto pelos fazendeiros, embora com o passar do tempo pesassem sobretudo a figurar como despesas do Governo. Não se pode esquecer que neste justo momento o Brasil sofreria algumas restrições dos países europeus por motivos de maus tratos de imigrantes em algumas fazendas¹¹. Naturalmente, a reversão deste quadro exigiu o investimento em uma propaganda que tinha como uma das suas bases às riquezas naturais do país.

Ao eleger tal mote para figurar como um dos principais atrativos do Brasil expressava-se uma visão fortemente ligado ao meio rural. Atribuindo ao país sua mais costumaz representação na época, não só na escrita dos estrangeiros, mas dos próprios brasileiros, fortalecia-se aquela que seria a principal bandeira da elite agrícola do país até os tempos atuais: a vocação agrícola. Bandeira esta, que como se pode facilmente notar nas descrições presentes nos relatórios, artigos de jornais, livretos, trabalhos apresentados nas exposições, dentre outros, teve uma forte consonância com as alusões à natureza. Mas, não seria apenas um texto isolado que lastrearia estas falas. Se à evocação estética claramente destacada nas descrições da beleza e da formosura da paisagem ocupava um espaço privilegiado na formação da identidade nacional do Brasil¹², ela abria espaço como uma das mais importantes influências para o lado econômico desta questão. Nada é mais ilustrativo desse pensamento do que a veemente ênfase à características como a amenidade do clima, a pureza das águas, a fertilidade e a riqueza do solo, a abundância dos gêneros cultiváveis, etc.

Não se poderia também esquecer que a influência da idéia de vocação agrícola gerada pelas riquezas naturais uniu homens de vários perfis, fossem eles fazendeiros, técnicos ou estadistas. Exemplo disso é o apego à fertilidade do solo. Alguns nomes, como o Barão de Barcellos¹³, foram defensores aguerridos das vantagens naturais do país. O Barão acreditava que devido ao solo de incrível uberdade e o clima favorável, a cana de açúcar do Brasil não tinha rival em todo o mundo. Nesse aspecto, a sua defesa é incisiva: “*Certamente não é esse o calcanhar de Aquiles onde se possa ferir*”¹⁴.

Esse ponto de vista chegaria ao extremo em algumas falas que apontavam que este era um dos poucos fatores que sustentavam a agricultura brasileira, caracterizada muitas vezes como atrasada. Neste sentido, as opiniões do Norte ao Sul do Império caminhavam de mãos dadas. Em 1878, no Congresso da Corte, o Ministro

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Louis Couty apontava, em 1884, os problemas gerados pela postura de alguns estadistas e fazendeiros de quererem receber imigrantes sem transformá-los em cidadãos. Ademais, as primeiras experiências com o sistema de parceria geraria muitos conflitos entre fazendeiros e imigrantes, que se queixavam de serem tratados como escravos. Ver: COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: Esboços sociológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984. p. 21-38. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O visconde imigrantista e a sua escravaria, Campinas, 1887. **Revista História e Economia**, São Paulo, v. 12, n.1, p. 105-126, 2014.

¹² Ver: CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

¹³ Domingos Alves Barcellos Cordeiro era ligado à produção açucareira campista e fundador do Engenho Central de Barcellos.

¹⁴ BARCELLOS, Domingues Alves (Barão de). **A crise do açúcar**: ligeiras considerações pelo Barão de Barcellos. Campos: Lit. e Tip. de Carlos Hamberger, 1887. p. 17-18.

da Agricultura João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu¹⁵, lamentava-se que se a lavoura brasileira não estava mais decadente, devia-se somente a “*fertilidade do solo e a natureza especial do clima que possuímos*”¹⁶.

Por outro lado, criava-se um pensamento quase espontâneo entre os homens ligados à agricultura que reconheciam como uma obrigatoriedade as medidas estatais que incentivassem o desenvolvimento da agricultura, cujo suporte era dado pela ideia da vocação agrícola. Neste caso, a tutela do Estado deveria se fazer presente, pois o desenvolvimento econômico do Brasil dependia da difusão dos princípios da economia rural moderna e da vulgarização dos métodos aperfeiçoados de cultivo do solo e da transformação industrial destes produtos. Assim, seria cada vez mais frequente a defesa do Brasil ser um país essencialmente agrícola, dotado de regiões feracíssimas e de variados clima. Mas do que isso, era inconcebível que o Estado se mostrasse indiferente à má sorte da lavoura. Para estes atores, ele não só tinha o dever de syndicar das suas causas e estudá-las cuidadosamente como se esperava que removesse ou atenuasse os empecilhos que obstavam o seu desenvolvimento.

Chega-se aqui a questão que se busca: no Brasil forjou-se uma conexão entre o fim iminente da escravidão, a natureza exuberante, a vocação agrícola e a imigração. Essa relação serviu não só para cobrar políticas de auxílios, mas, igualmente, exigir medidas que fizessem afluir imigrantes para os portos. Nesse sentido, houve, de fato, no Império, uma forte consonância na representação e no entendimento da natureza. Fazendeiros, técnicos e estadistas perceberam-na não só como recursos naturais a serem explorados, mas como base para a atração de imigrantes. Segundo fontes de época, deveriam ser adotadas as medidas necessárias à vinda premente de mão-de-obra¹⁷. Como diria Louis Couty¹⁸, o único remédio possível para o Brasil era a colonização pelos homens livres da Europa¹⁹. Embora houvesse uma demanda por imigrantes para povoar e sustentar as áreas de fronteira, a “diplomacia da imigração” se constituiu em uma preocupação principal para os cafeicultores que buscavam trabalhadores para as fazendas, mesmo que se valessem para isso da promessa falaciosa da concessão de terras²⁰. Do gráfico 1, pode-se deduzir não só o aumento da entrada de imigrantes no país com o passar dos anos, mas o seu preferencial direcionamento para a província cafeeira de São Paulo.

¹⁵ João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu vinha de uma ilustre família açucareira nordestina.

¹⁶ BRASIL. **Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988. p. 127.

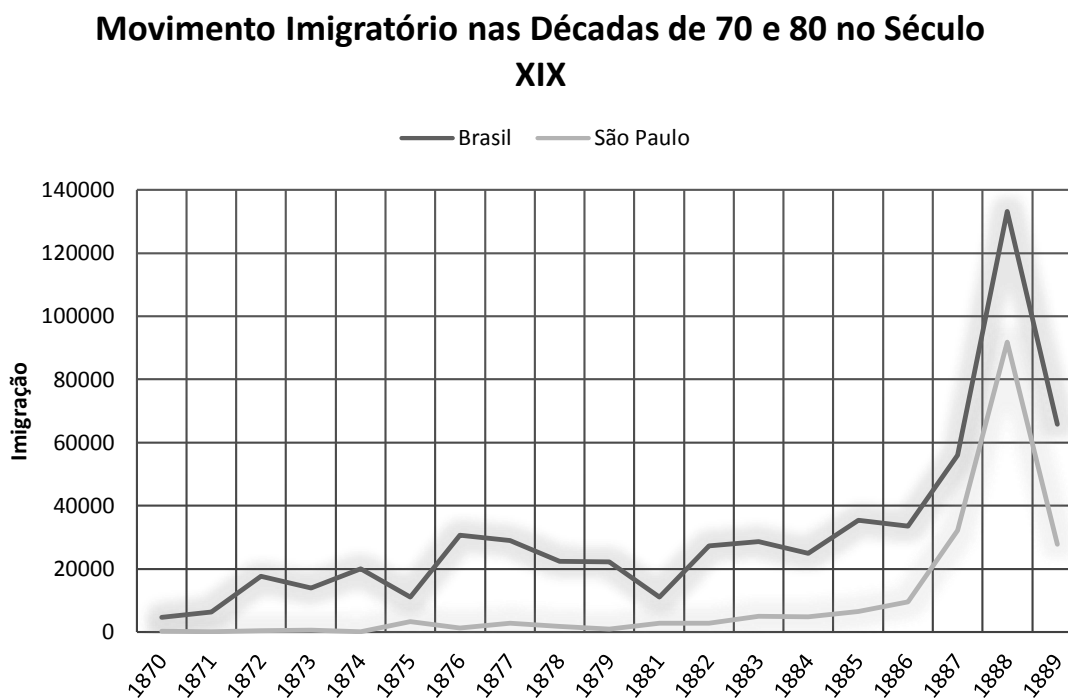
¹⁷ Como se sabe, esse não seria um ato isolado da província de São Paulo. A política imigrantista foi pensada e explorada primordialmente pelo Sul do Império. O Norte procurou uma forma de resolver o problema da transição da mão-de-obra escrava para a livre através da mão-de-obra nacional. Preferiu-se aqui, como uma forma de melhor compreensão das fontes, seguir a composição das regiões adotadas no período em análise, ou seja, Norte e Sul. Evaldo Cabral de Mello refere-se no seu livro “*O Norte Agrário e o Império*” ao fato de que os homens públicos do Império e ainda durante uma boa parte da Primeira República utilizaram uma geografia regional bem simples. O Norte abarcaria as províncias do Amazonas à Bahia; o Sul, as províncias do Espírito Santo ao Rio Grande. MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 12-14.

¹⁸ Louis Couty foi professor adjunto da Faculdade de Medicina do Paris e foi contratado pelo Governo Imperial para exercer a cadeira de Biologia Industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1879.

¹⁹ COUTY, op. cit.

²⁰ HOLANDA, op. cit.

Gráfico 1:



Fonte: MAKINO, Miyoko. Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período Imperial. In: **Anais do Museu Paulista**, tomo XXV. São Paulo, 1971-1974, p. 102-114.

Pode-se perceber, igualmente, pelo gráfico 1, que nos anos em que os setores agrícolas tiveram que se articular sozinhos, a entrada de imigrantes não foi tão expressiva. Embora, deve-se considerar que foram esforços isolados e que houve um maior empenho somente nas províncias mais temerosas da escassez de braços na lavoura. Torna-se bem claro, diante de tudo isso, que a participação do Estado seria fundamental para a causa imigrantista. Mas, do que isso, se sobressai a forte atuação da província de São Paulo, redirecionando as políticas adotadas para o predomínio de imigrantes europeus, barrando possibilidades alternativas, como no caso dos imigrantes chineses. Assim, a partir de 1870, o Governo da Província de São Paulo tomou a seu cargo uma parte expressiva das despesas relativas à imigração, tais como: o pagamento da viagem dos trabalhadores e de suas famílias, a criação de um mecanismo encarregado de dirigir a imigração através de agências fixadas em vários países da Europa, dentre outras medidas.

Impossível não reconhecer que as políticas imigrantistas deram certo. Basta observar a curva do gráfico 1 para perceber que a partir dos anos de 1880, a imigração tornou-se massiva. Embora, este fluxo tenha sido muito maior nos anos subsequentes à proclamação da República, não se pode esquecer que o processo iniciou-se ainda no Império. A título de comparação entre 1887 e 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao Brasil. Entre 1890 e 1900, a população do país aumentou cerca de 3.000.000 de pessoas, passando de 14 a 17 milhões. Sendo que, uma grande parte desses imigrantes se estabeleceu em São Paulo²¹.

À vista disso, parece claro o motivo dos cafeicultores paulistas juntamente com o Estado e os técnicos mostraram um interesse cada vez frequente pela descrição das riquezas naturais brasileiras nos relatórios, discursos e na propaganda realizada no estrangeiro. Colocou-se em prática um verdadeiro ato de compartilhar e realimentar o interesse dos imigrantes pela representação de uma natureza dadivosa. Deve-se frisar, também, que a ideia de uma natureza inesgotável e como uma das maiores vantagens do Brasil pode ser considerada como

²¹ SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. p. 44.

um pensamento predominante do século XIX que passou, naturalmente, para o século XX. Fato é que houve momentos de conflitos, que serão discutidos mais detalhadamente adiante. Mas, é preciso que se atente para a atitude quase obsessiva que esses atores estabeleceram com relação à mão de obra imigrante. Ou seja, tinham que pensar de forma algo semelhante neste particular se quisessem colocar em prática o seu projeto imigrantista. Como quer que seja, o que interessou entender nesse momento será o papel da natureza como um dos principais fatores que geraram e permitiram um tal sucesso em ambos os modelos de imigração.

2. A imigração colonizatória e a natureza

Naturalmente, exceções havia. Neste particular, o Norte representou o mais importante adversário às políticas imigrantista. Mas, é certo que os fazendeiros paulistas, cujo poder no Governo vinha crescendo, conseguiram impor ao resto do país a sua solução para o problema da mão de obra. Desse modo, os interesses da província cafeeira passaram a comandar os processos de mudança desencadeados. No entanto, havia a necessidade de povoar ainda algumas regiões do país como uma forma de consolidar as fronteiras. Para Carneiro, existiram duas políticas de imigração no país: a política do Governo Imperial, que buscou criar núcleos coloniais de pequenos proprietários, baseando-se na velha ideia colonizadora iniciada com D. João VI com a fundação de Novo Friburgo. Por outro lado, havia a política encabeçada pelos fazendeiros, que tinham como objetivo conseguir mão de obra para as suas lavouras, principalmente depois das leis abolicionistas²².

Torna-se bem claro no primeiro caso, que a propaganda realizada pelo Estado chamava a atenção particularmente por uma profunda admiração pelas riquezas naturais que buscava ser transmitida aos europeus. Demais, somava-se a ela a ideia de terras que deveriam ser ocupadas. Mas, o que afinal essa ocupação representava? Como se sabe, a questão do território foi de grande importância na construção das nacionalidades e das nações a partir do século XIX²³. O Brasil teria inevitavelmente que enfrentar essas mesmas questões. O que chama mais atenção, no entanto, será a necessidade de lidar com um vasto território desconhecido, ainda não mapeado completamente, ou seja, um enorme sertão²⁴. Nesse sentido, ocupar de fato esse território com a criação de colônias tornou-se a partir deste momento um problema político de exercício do poder. Exemplo disso foram as inúmeras colônias construídas na região Sul durante o período do Império.

Imagem 1:



²² CARNEIRO, J. Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950. p. 10.

²³ A questão do território foi de grande importância na construção das nacionalidades e das nações a partir do século XIX. Ver: IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 5-40, jan./mar. 1988.

²⁴ Ver: LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1999.

Fonte: NIEMEYER, Louis. **Vistas fotográficas da Colônia Dona Francisca**, 1866.

Assim é que, entende-se, porque em muitos dos escritos deste período, a percepção de que o Brasil era um país que possuía riquezas naturais quase edênicas estava invariavelmente mediatizada pelo fato de também contar com vastas terras que ainda poderiam ser ocupadas. Certamente, nesse caso, a escassez populacional seria apontada como um fator importante para as políticas de incentivo à imigração. Não por mero acaso, essa escassez populacional seria destacada mesmo nos periódicos de pequena circulação no interior das províncias interessadas em incentivar esse fluxo migratório. Exemplo disso seria um artigo de 1877 da Gazeta de Joinville, - um dos primeiros jornais da cidade publicado em português:

É destarte que temos, ainda mesmo nos lugares que mais populosos parecem, grandes porções de território inteiramente desertas, ao passo que não temos em parte nenhuma lugares que, segregando-se dos habitados, esteja, de todos sem casos: isto é, esses vácuos de população dão-se nos centros dos lugares povoados, ou, em outros termos, grande mal, o verdadeiro mal – é a raridade da população. Aqui, nesta cidade, capital de uma província de primeira ordem, quem atravessa a Estrada Nova, vasta artéria que corta diversas freguesias há de deplorar sem dúvida encontrar de um e outro lado vastos terrenos que nunca sustentaram a parede de um edifício²⁵.

Surgia, assim, a relação entre uma vasta extensão territorial, escassez populacional e uma natureza dadivosa, que viria a se somar com uma importante política de incentivo à imigração. O Estado constituiu-se, a partir de então, no principal incentivador da imigração, assim como no seu maior financiador, transformando-se em um dos principais pilares da política imigrantista. Tornar-se-ia, pelo mesmo motivo, alvo das demandas dos fazendeiros e dos defensores da imigração do Sul do país. Isto não quer dizer, em absoluto, que havia uma unanimidade em relação às medidas de incentivo a vinda de imigrantes custeadas pelo Estado. Couberam as províncias do Norte as mais acirradas queixas. Mas, deve-se lembrar que essas críticas vinham de uma região cujos problemas populacionais e de transição para o trabalho livre já estavam solucionados.

Ora, não seria razoável esperar que em um momento em que o café transformara-se no principal produto de exportação brasileira, o Estado Imperial se negasse a atender uma das principais demandas do setor. O resultado foi o Governo criar toda uma estrutura administrativa para promover direta ou indiretamente a imigração e a colonização, custeando desde a estada dos imigrantes no país com a construção de hospedarias até a realização de uma forte propaganda nos centros europeus, procurando tornar o Brasil conhecido pelas suas riquezas naturais e a sua vocação agrícola. Indo na esteira deste processo, embora em menor escala, a imigração colonizatória, acabaria por se beneficiar dessas medidas.

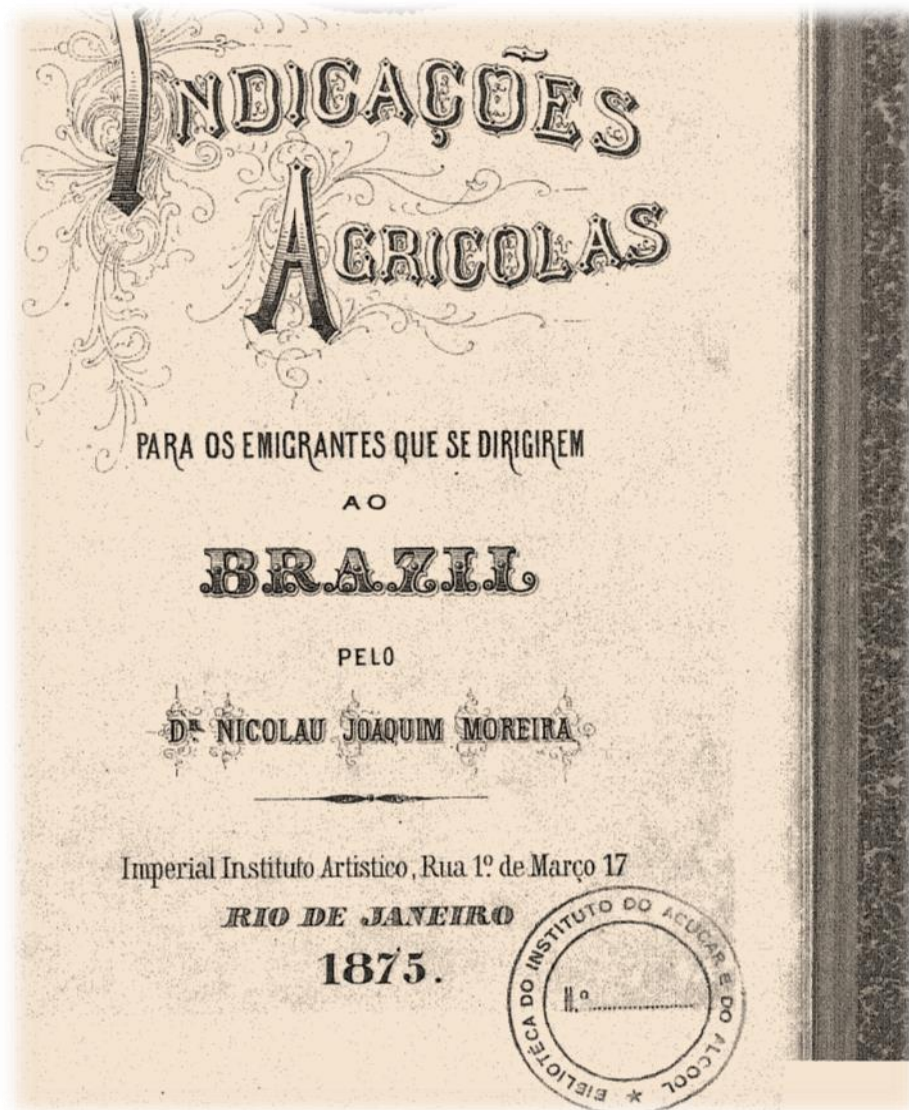
Como durante o segundo quartel do século XIX, a Europa foi palco de várias exposições internacionais²⁶, deve-se considerar que a participação brasileira seria decisiva para a política externa do país. Sobretudo no caso que aqui nos interessa, algumas das apresentações foram pensadas pelos responsáveis pela propaganda imigrantista, embora não se saiba estatisticamente os seus reflexos imediatos no interesse dos europeus em imigrarem para o Brasil. Um exemplo bem-sucedido da elaboração deste tipo de propaganda seria a participação de Nicolau Joaquim Moreira²⁷ na Exposição Internacional de Viena, em 1873. O seu trabalho acabaria por ser publicado dois anos depois, como um manual para os imigrantes que viessem para o Brasil. Assim, trazia informações sobre o tamanho do território, o clima, a população, a produção agrícola, não apenas no âmbito nacional, mas também descrevendo detalhadamente as informações consideradas relevantes e, talvez como se possa dizer, atrativas de cada província.

²⁵ Gazeta de Joinville, 4 dez. 1877, ano 1, n. 10.

²⁶ Vide o quadro organizado por Paulo Roberto de Almeida, em que ele apresenta as exposições e feiras internacionais de 1851-1900, com as respectivas informações sobre a participação do Brasil. ALMEIDA, op. cit., p. 245-247.

²⁷ Nicolau Joaquim Moreira foi diretor da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dirigiu a sessão de botânica e agricultura do Museu Nacional e era redator da Revista Agrícola do IIFA, cargos que ocupou até 1887. DANTES, M. A. M. (Org.). **Espaços da Ciência no Brasil**. 1800-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Imagem 2:



Fonte: MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigirem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

Como seria de se esperar, nas suas Indicações, Nicolau Joaquim Moreira destacava logo em suas primeiras linhas a riqueza natural do país. Os motivos edênicos, tão bem trabalhados por Sergio Buarque de Holanda em *Visão do Paraíso* presentes no descobrimento e na conquista do Brasil, enraizaram-se de tal forma na identidade nacional que ainda estavam claramente manifestos durante o Império²⁸. Assim, Moreira dizia que:

O Brasil, situado quase em sua totalidade ao sul do equador, coberto em sua maior extensão por impenetráveis florestas, goza de uma temperatura muito mais moderada do que a dos países colocados, sob o mesmo paralelo, no hemisfério boreal. (...) A altura de suas montanhas, a vastidão de sua superfície, a configuração de seu solo e a abundância de suas águas dão ao Brasil variadíssimos climas, que, juntos à natureza e uberdade dos terrenos, demonstram a não deixar dúvida a aptidão desta vasta porção da América meridional para todos os gêneros de cultura, patenteando-se sua prodigiosa energia criadora nessas formidáveis florestas que ainda se estendem por centenas de léguas sem que o braço devastador do homem civilizado tenha podido dar fim; que encerram em seu seio primorosos produtos e perante as quais extasiavam-se os mais eminentes naturalistas europeus²⁹.

²⁸ CARVALHO, op. cit.

²⁹ MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigirem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

Assim, a promessa de concessão de pequenos lotes de terra se somou a visão do paraíso na sedução dos candidatos à imigração. Como se sabe, desde o século XVIII, o Brasil investiria em uma política imigrantista com o intuito de ocupar terras e fixar limites territoriais, mesmo que o empenho do Estado em promovê-la não tenha sido uniforme³⁰. A política imigrantista foi retomada por D. João VI já quando a chegada da Corte no Brasil, em 1808. Essa política portuguesa seria coroada pelo decreto de 16 de março de 1820, que se pode dizer que inaugurou o fundamento jurídico de formação de colônias no Brasil³¹. Mas, seria após 1850, que a política imigrantista teria maior destaque, direcionando-a para a ocupação de áreas despovoadas, como Santa Catarina e Paraná.

Ao contrário do ocorrido aos imigrantes direcionados às áreas cafeeiras, essa região caracterizou-se por uma população de imigrantes que receberam imediatamente a posse da terra, caracterizando-se como pequenos proprietários rurais. Dispunham, neste caso, de favores especiais, pois estavam baixo o status de núcleos coloniais. Certamente, o atrativo maior apresentado aos candidatos à imigração seria um país escassamente povoado, com terras extremamente férteis. É contundente nesse sentido o trecho das Instruções em que Nicolau Joaquim Moreira enfatizava que *“De todo o imenso território brasileiro apenas se acham cultivadas 256.886 léguas quadradas, tocando a cada uma delas 46 habitantes e existindo, segundo o último recenseamento oficial em 13 províncias 17.454 estabelecimentos agrícolas”*³². Alguns anos antes, no seu livro intitulado *Brasil Pitoresco*, Charles Ribeyrolles³³, igualmente contribuiria com essa visão ao afirmar que se na Europa o problema da produção repousava *“no meio de dar a uma população numerosa de mais a terra que lhe falta; no Brasil, pelo contrário, o problema consiste em subministrar ao mais rico solo do globo a força de população que carece”*³⁴.

Em verdade, como observa Sérgio Buarque de Holanda, a imigração ocorre, em grande medida pela expectativa de melhores condições de vida econômica, mas abarca outros sonhos. Segundo ele, *“a primeira ideia que um mundo novo oferece ao imigrante é frequentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estorvo”*. Nesse sentido, traz implícito também uma idealização quase excessiva da terra prometida, gerando imagens falsas e ilusórias. Como diz o citado autor: *“Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala”*³⁵.

Certamente as descrições do Brasil feitas por representantes do Estado brasileiro ou dos fazendeiros produziram nestes homens sugestões edênicas. Mas, sua visão de mundo europeia que revive o imaginário da terra prometida, do paraíso terrestre, sobrepõe-se a realidade encontrada nestas regiões. Nesse sentido, embora ainda se mencionasse a fertilidade da terra, a formosura da natureza, a salubridade do clima ou a abundância das águas havia no seu encaixo o isolamento destes locais, sua falta de infraestrutura e inúmeros outras dificuldades encontradas. Compreende-se assim o motivo pela qual Charles Ribeyrolles, escrevesse na virada para o segundo quartel do século XIX e no início da nova etapa da política imigrantista, que:

Estes colonos, chegados ao lugar de trabalho, recusarão aceitar os lotes de terras que se lhes marcavam na mata virgem; e por quê? Pela razão que, aos seus olhos, havia violação do contrato. Tinha se lhes prometido na Europa terras já rotadas, habitações prontas, colheitas próximas, e abria-se-lhes a floresta!³⁶

³⁰ O marquês de Pombal subvencionou a vinda principalmente de açorianos para formar colônias no Vale do Amazonas e no extremo Sul da Ilha de Santa Catarina.

³¹ O esquema geral das colônias consideradas oficiais era a doação de pequenas extensões de terra de modo que se promovesse a produção de alimentos e de artesanato para o mercado interno. Além disso, o objetivo era promover povoamentos de locais estratégicos, o aumento da reserva militar e o estímulo moral ao trabalho livre. FARIAS, Sheila de Castro. Imigrantes. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 350-352.

³² MOREIRA, op. cit., p. 11.

³³ Charles Ribeyrolles era jornalista francês e republicano. Deportado para a Inglaterra após a Revolução de 1848, acabou vindo para o Rio de Janeiro em 1858, onde viveu por dois anos, morrendo em Niterói

³⁴ RIBEYROLLES, Charles. **Brasil pitoresco: História, descrições, viagens, instituições, colonização**. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1859.

³⁵ HOLANDA, op. cit.

³⁶ RIBEYROLLES, op. cit., p. 559.

Como afirma Sergio Buarque de Holanda “*A própria riqueza da terra foi frequentemente um obstáculo mais que um convite*”.³⁷ Naturalmente, a dificuldade encontrada pelos colonos em se estabelecer em áreas até então habitadas somente por algumas tribos indígenas, não seria revelada na propaganda imigrantista ou nas exposições internacionais que o Brasil participaria. É certo que, se houve acirrados debates em torno da questão da imigração pelos estadistas brasileiros, não seria do seu interesse que estas questões chegassem ao conhecimento dos europeus. Embora, no âmbito nacional, alguns deputados, principalmente aqueles ligados à área cafeeira, destacavam enfaticamente os resultados negativos na formação dos núcleos coloniais.

Imagem 3:



Fonte: Colônia Leopoldina in: DIETZ, Albert Richard. **Colônias de imigrantes europeus, 1969-1878.**

Um bom exemplo da postura da elite agrícola das províncias cafeeiras seria a fala do Deputado Bernardo Avelino Gavião Peixoto. Expressando uma visão profundamente pessimista e negativa das políticas estatais imigrantistas até então, ele denunciaria a escassez de mão de obra nas lavouras. Apontando a fertilidade do solo brasileiro, por outro lado, fez disso um lamento para o seu decréscimo e abandono. Consequência para ele, do Estado Imperial preferir a colonização de núcleos de grupos de colonos proprietários ao fomento da entrada dos braços que a lavoura demandava³⁸.

Assim sendo, será dentro desta perspectiva, marcada pela defesa do sistema de parceria estabelecida na província de São Paulo, onde se encontram as críticas mais exacerbadas à localização e a falta de estrutura destes núcleos coloniais. Nesse sentido, os argumentos utilizados pelo deputado Gavião Peixoto partiram do fato de que as terras vendidas aos colonos estavam em geral situadas em lugares afastados de povoações e de vias de comunicação, o que dificultava a comercialização dos produtos dos núcleos e a aquisição de produtos básicos. E em uma continuação exacerbada do mesmo discurso, enfatizaria seguidamente que se sacrificou a lavoura por

³⁷ HOLANDA, op. cit.

³⁸ BRASIL. **Annaes do parlamento brasileiro.** Câmara dos Senhores Deputados. Primeiro ano da décima legislatura. Sessão de 1857. Tomo 1. Rio de Janeiro: Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp, 1857.

um sistema de colonizar desertos: “*fez tudo pelos grandes núcleos de proprietários, tudo e exclusivamente para povoar desertos*”³⁹.

Curiosamente, alguns anos mais tarde, o próprio deputado se valeria do sistema de núcleos coloniais para tentar solucionar o problema da falta de matéria-prima em um engenho central de que era sócio em São Paulo⁴⁰. Embora, desta vez, o núcleo colonial fosse construído próximo a uma estrada de ferro, de um núcleo urbano e de um engenho central⁴¹, a fala do deputado não deixou de ser um tiro que saiu pela culatra. Os colonos optavam por outras culturas, ou mesmo quando plantavam cana, preferiram fabricar aguardente, ao invés de puxarem a cana a longa distância e empilhá-la em vagões. Porém, em termos gerais, não houve uma política tão forte de incentivos à criação de núcleos coloniais nessa província, pois o maior objetivo era a obtenção de trabalhadores para as fazendas de café. A ideia dos núcleos coloniais só seria mais bem vista em São Paulo já no período da República, pois começou a circular a ideia de que eles estimulariam a fixação dos imigrantes à terra, transformando-se em uma garantia de povoamento e desenvolvimento agrícola para abastecimento das zonas urbanas⁴².

Diferente não é a opinião de um conhecido articulista no período, - o médico francês Louis Couty, - que além de exercer o cargo de professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, dedicou-se a um intenso trabalho junto às fazendas de São Paulo e às charqueadas no Rio Grande do Sul. Couty veria na colonização da terra cultivada um primeiro passo para o desenvolvimento do país. Mais tarde, para ele, a imigração possibilitaria a utilização das “*imensas áreas que continuavam virgens e desocupadas*”⁴³.

Mas, o que interessa aqui não é propriamente o tipo de imigração em jogo, e sim as diferentes visões em relação à natureza. É certo que mesmo no Sul com uma infraestrutura mais avançada, se detecta a valorização em torno da uberdade do solo e da existência de matas. É inegável, realmente, a impressão que as riquezas naturais do país não contasse somente na fala dos nacionais. É digno de nota, por exemplo, a descrição do próprio Louis Couty.

A terra se apresentava sempre extremamente fértil. Quase sem cultivo, sem nenhum adubo e sem grandes cuidados, ela dava produtos como o café, a cana, a mandioca e o cacau. Fornecia naturalmente madeiras como a da palissandra, látex como a da borracha e alimentos como o Mate. Milhões de cabeças de gado, em pastos imensos, se produziam sem nenhum zelo especial⁴⁴.

Certo é que há uma estreita ligação entre a valorização das matas com a sua vinculação direta a disponibilidade de terras férteis, somada ao fornecimento de combustível. Essa visão fica explícita em uma carta enviada ao presidente da província de São Paulo, José Luiz de Almeida Couto, propondo a venda de uma fazenda para abrigar o núcleo colonial de Canas, que teria como função abastecer o Engenho Central de Lorena. Releva notar que, convenientemente, a fazenda pertencia a um dos sócios do Engenho Central de Lorena, Francisco Antunes de Azevedo Guimarães. Como quer que seja, na carta datada de 3 de março de 1885, uma das principais vantagens atribuídas à fazenda era contar com “*grandes matas virgens, abundância de madeiras de lei e de outras, próprias para todas e qualquer construção, muitos capoeirões e capoeiras*”, além da já destacada vantagem de “*presta-se pela uberdade de suas terras ao cultivo de cana e de todos os cereais*”⁴⁵.

Muitas são as variáveis que devem ser levados em conta na análise da visão da natureza que se propagou neste período. Nos diferentes espaços da região Sul, com os seus diferentes tipos de imigração, a existência de

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ De forma pontual, alguns núcleos coloniais foram criados pelo próprio Governo, numa tentativa de atender à demanda dos engenhos centrais. Nesse caso, se insere o Núcleo Colonial de Canas, criado em 1885, em Lorena, e o Núcleo Colonial Rodrigo Silva, em 1887, no município de Porto Feliz. Tentava-se, assim, introduzir colonos que assegurariam uma safra fixa para esses engenhos centrais. O objetivo primordial era resolver os graves problemas de escassez tanto de matéria-prima, como de mão de obra.

⁴¹ O Governo Imperial formaria então o Núcleo Colonial Rodrigo Silva. Para isso, comprou os sítios Grande e Marinoni e mais duas chácaras, somando ao todo 1.601,8 hectares, que custaram aos cofres públicos 23:000\$000. O Governo assinou ainda um contrato com o padre belga Jean Baptiste Van Esse, a 17 de novembro de 1887, para a introdução de algumas dezenas de famílias de colonos belgas. SÃO PAULO. **Exposição com que Excelentíssimo Senhor Visconde de Parnahyba passou a administração da província de São Paulo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente desta Província no dia 19 de novembro de 1887.** São Paulo: Tip. a Vapor de Jorge Seckler & Cia, 1888, p. 123.

⁴² MAKINO, MIYOCO. Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do Período Imperial. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, tomo XXV, 1971-1974, p. 127.

⁴³ COUTY, op. cit., p. 17.

⁴⁴ Ibidem, p. 16.

⁴⁵ São Paulo. **Núcleo colonial de canas.** Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa n. 56.

matas significava não só uma reserva florestal, mas, madeira para as diversas necessidades, que iam desde construções de moradias até a lenha, fundamental para o beneficiamento de alguns produtos agrícolas, como o açúcar, a rapadura e a aguardente. Em um momento em que se empregavam escassamente técnicas agrícolas mais avançadas, a existência de matas era um fator fundamental tanto para os grandes quanto para os pequenos produtores. Não obstante, se por um lado era valiosa a sua existência, por outro, não garantiu uma sobrevivência muito longa a estas florestas.

3. A agricultura e a natureza

Com relação ao estudo do pensamento em torno da política imigrantista, é de notar a sua relação histórica com a agricultura e a natureza. Analisar estes discursos apoiando-se na história ambiental permite perceber a estreita relação entre condições naturais, passassem elas pelo ufanismo em torno da riqueza do solo brasileiro ao cansaço das terras devido aos métodos herdados de uma agricultura transumante. Como afirma Worster, a História Ambiental pode oferecer um conhecimento profundo da nossa cultura, das instituições econômicas, e das consequências das mesmas para a terra⁴⁶.

Certo é que a história da imigração desde a perspectiva das relações da agricultura com o seu entorno natural permanece pouco explorada. O ufanismo em torno das riquezas naturais do Brasil são uma parte essencial para se explicar a propaganda imigrantista feita na Europa. Como se viu, foi importante assinalar que o Brasil possuía condições para assentar esta população imigrante. Primeiro: terras férteis, desocupadas devido à sua escassez populacional. Depois, matas com madeira de excelente qualidade, que além de fornecer combustível propiciariam madeiras para as construções, climas variados, etc. Ou seja, o Estado acabou tornando-se o mais enfático propagandista de uma geografia edenizada do Brasil.

Nestes escritos, por vezes, a percepção da natureza sofria generalizações ao se tratar das riquezas naturais do Brasil como um todo homogêneo, embora não se deixasse de destacar as características específicas das diferentes províncias brasileiras. Aprofundar a análise sobre esse discurso ufanista e as técnicas agrícolas que prevaleceram nos diferentes casos, contribui para responder interrogações que ainda permanecem sobre os motivos de destruição sistemática das matas em menor ou maior escala, embora já se reconhecesse a sua importância.

Por outro lado, é de lembrar o maior interesse pelas florestas a medida que o desmatamento avançava, gerando várias consequências adversas. Foi comum no Brasil instalar novas fazendas em terras cobertas por matas virgens, não só para aproveitar a fertilidade do solo, mas também assegurar as madeiras de construção e combustível. Mas, a abundância de árvores nem sempre era sinônimo de terras férteis e não poucas vezes os proprietários se chocaram com essa realidade. Assim, como a rápida perda da fertilidade do solo geraria problemas neste período. Mesmo as mudanças climáticas, como a diminuição das chuvas, também fizeram parte de alguns relatos.

É de notar que os homens da segunda metade do século XIX já tinham conhecimento dos novos princípios adotados por muitos países rivais brasileiros provenientes da chamada “agricultura científica”. Nesse sentido, eles acreditavam em uma transformação no sistema agrícola brasileiro pela introdução de técnicas mais avançadas, além do seu manejo pelos imigrantes. Tornava-se bem claro, diante da conjuntura internacional, que a defesa da grandeza e da vocação agrícola do país seria tão só uma utopia vã se aos tão louvados fatores naturais com que fora agraciado o país não fosse somados outros de outra ordem. Era necessário modernizar a agricultura, introduzindo melhoramentos técnicos de todo sorte, semelhante à estratégia de outros países.

Cabe-nos colocar que a relação entre a escassez de mão-de-obra e o processo de introdução de maquinário que se acentuou a partir de 1850 é inegável. Embora, os estudos de Rafael de Bivar Marquese demonstrem que a escravidão não era incompatível com a introdução de técnicas mais modernas, o processo de modernização parece avançar de forma mais visível depois do fim do tráfico⁴⁷. Segundo tudo indica, a modernização do sistema produtivo como solução para a comercialização de uma produção que não parava de crescer era de aceitação corrente e obrigatória entre estadistas, técnicos e produtores. Como sustenta Barbosa Lima Sobrinho, “*progredir para não desaparecer*” tornou-se o lema que se impôs no período⁴⁸. Imbuídos deste espírito, alguns homens acreditavam que os imigrantes teriam um papel fundamental nesse processo de modernização agrícola. Para Nicolau Joaquim Moreira, cuja participação nas formulações da propaganda imigrantista já foram vistas, era notório que:

⁴⁶ WORSTER, Donald. “¿Por qué necesitamos de la historia ambiental?”. *Revista Tareas*, Panamá, n. 117, p. 119-131, mayo-agosto 2004.

⁴⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e controle dos escravos na América: 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira**. Rio de Janeiro: IAA, 1941. p. 8 e 9.

Há 375 anos que uma cultura rotineira e esgotadora arvorando em sistema de produção o machado e o facho, a derrubada e a coivara, arranca das férteis terras brasileiras os elementos de grandeza e prosperidade de futuras gerações, mas nem por isso a uberdade do solo deixou ainda de corresponder às esperanças do lavrador inteligente que lhe pede a alimentação e os meios de satisfazer as numerosas necessidades da vida social e de servir de fonte inesgotável de recursos para as urgências do Estado⁴⁹.

Assim, concorda-se com Castro, quando ele afirma que a História Ambiental nos ajuda a compreender de que maneira nossos problemas ambientais de hoje são consequências das formas com que vêm sendo organizadas nossas relações com o mundo natural ao largo dos últimos cinco séculos⁵⁰. Ora, não se pode negar que as expectativas em torno de uma agricultura mais científica, mais produtiva, e que não causassem abalos tão profundos na natureza como as práticas de cultivos até então adotadas no Brasil, fosse em parte concretizada com a adoção principalmente de inovações técnicas, - como o arado. Embora, quando se vê isto mais de perto, percebe-se que a destruição das matas em consequência das práticas agrícolas, da necessidade de combustíveis, da exploração de madeiras preciosas, também foram partes indissociáveis da história desses núcleos coloniais, com profundas implicações meio-ambientais e socioeconômicas.

Imagem 4:



Fonte: Santo Antônio (Rio Novo) em 1869 In: DIETZ, Albert Richard. **Colônias de imigrantes europeus, 1869-1878.**

De modo geral, as queimadas nem o uso da enxada deixaram de fazer parte da realidade brasileira, fosse nos núcleos coloniais ou nas fazendas de café. Mas, não se pode deixar de ser levado em conta que esses imigrantes foram em parte responsáveis pela difusão do uso de novas técnicas agrícolas, que possibilitaram uma

⁴⁹ MOREIRA, op. cit.

⁵⁰ CASTRO, Guilherme. **Para uma História Ambiental Latino americana.** Editorial de Ciências Sociais, p. 10, 2004.

melhor exploração do solo e a menor necessidade de uma agricultura itinerante. Com o passar dos anos, houve o que o Barão de Monte Cedro⁵¹ chamaria de sistema misto de cultivo⁵², uma mistura entre o sistema intensiva e o extensivo, - entre as antigas e as novas técnicas de cultivo.

Conclusão

Como se viu, os homens daquele tempo foram testemunhas de um processo de articulação entre imigração, agricultura e a natureza. Desse modo, no que diz respeito aos imigrantes, não se pode afirmar que havia uma preocupação ambiental no uso de técnicas agrícolas mais modernas, mas esboçava-se os primeiros passos de um longo caminho de superação da denominada já neste momento como “*agricultura vampira*”⁵³. Embora, essa percepção de uma necessidade de mudança nas práticas agrícolas revelassem posições e interesses dos próprios brasileiros, não deixaram de se escorar nas argumentações estrangeiras, postas em prática não raras vezes primeiramente pelos imigrantes⁵⁴.

Nesse sentido, o dinamismo trazido pela imigração definiu a solução para o problema da mão de obra e da ocupação de algumas das regiões de fronteira. As riquezas naturais continuaram a fazer parte dos escritos sobre o país, na propaganda imigrantista, nos relatórios técnicos, na pintura histórica, dentre outros. Havia uma percepção sobre a importância dos fatores ambientais, no entanto, francamente subordinada aos interesses da agricultura mesmo quando à margem da experiência cafeeira. Ao final do Governo Imperial, o papel de uma natureza grandiosa se reafirmaria ainda mais, sendo que, a partir de então, transformaria-se em um dos principais símbolos do Brasil, continuando a figurar fortemente na propaganda imigrantista. Mas, se a natureza redimensionaria os atrativos do país e acabaria por definir em parte o significado da nacionalidade brasileira, ela num extraordinário jogo de inversão seria muitas vezes sistematicamente explorada e destruída, fosse pelos nacionais ou pelos imigrantes estrangeiros.

⁵¹ O Barão de Monte Cedro era membro da tradicional família açucareira Carneiro da Silva e fundador juntamente com o seu irmão, o segundo Visconde de Araruama, do Engenho Central de Quissamã.

⁵² CARNEIRO DA SILVA, João José. Barão de Monte Cedro. **Estudos agrícolas**, Rio de Janeiro: Tip. Acadêmica, 1872.

⁵³ Essa expressão seria comumente citada neste período para designar o tipo de cultivo até então praticado no Brasil e herdado do período colonial, - caracterizado principalmente pelo uso frequente de queimadas e de instrumentos agrícolas já considerados atrasados, com a enxada. O termo seria utilizado até mesmo por alguns literatos como Monteiro Lobato. Vide: LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. São Paulo: Globo, 2007.

⁵⁴ Alguns fazendeiros brasileiros dariam uma ênfase especial a esses casos. Um exemplo ilustrativo seria os elogios dispensados aos americanos estabelecidos no Rio de Janeiro pelo Barão de Monte Cedro. Ver: CARNEIRO DA SILVA, op. cit.